

EDITORIAL

Dimensão das empresas e desenvolvimento

A revista *ELECTRICIDADE* existe, porque tem por orientação definida, servir e apoiar a expansão e o dimensionamento da actividade económica em nossos territórios. Reciprocamente, a expansão dimensional das empresas nacionais activas na economia nacional, objectivo da sua orientação, tem por efeito motivar e justificar a existência da revista e as opções seguidas desde sempre.

*

Por definição, o desenvolvimento económico das Nações depende exclusivamente da evolução do somatório coordenado das actividades «empreendidas», portanto, da evolução dos meios «empreendedores» da acção na vida económica.

A economia nacional evolui, pois, em coincidência precisa com a actividade das «empresas», que são os únicos meios intervenientes na dinâmica produtiva do espaço económico — seja pública ou privada, a característica predominante da empresa; enquadrem-se as políticas do Estado em doutrinas, ou hábitos, ou processos, ou tendências capitalistas, socialistas, liberais, comunistas ou quaisquer.

O desenvolvimento de um espaço nacional coincide com o desenvolvimento da «empresa», como célula operante do conjunto activo da evolução económica.

É, pois, na «dimensão» empresarial progressiva, que tem de situar-se o instrumento motor do desenvolvimento das comunidades sociais; ou, por definição, na

medida caracterizadora do potencial da empresa (hábil, seguro, adequado e necessário) determinante da sua própria capacidade de expansão.

A política de desenvolvimento dos espaços nacionais progressivos é, no âmbito económico e social, a política de desenvolvimento das empresas activas na economia. Visa, obviamente, a utilidade nacional dos empreendimentos; conseqüentemente, promove, fomenta e consolida a «dimensão» das empresas, orientada para padrões de medida evolutivos, que materializam, por definição, o processo mais acentuado de desenvolvimento progressivo.

Que factores qualificam, para o efeito, a «dimensão» da empresa? Referimos alguns conceitos, que lhe são determinantes, entre a teoria de muitos que podem caracterizar os padrões de confronto.

Predominantemente, a empresa «dimensiona-se» quando se habilita para a extensão e para a intensificação do seu próprio mercado em bens ou serviços, através da dinâmica do seu potencial competitivo. O desenvolvimento dos mercados promove-se por efeito de tecnologias progressivas: sobressaem — em primeiro plano — a *habilidade técnica* para *produzir* (a melhor custo) quantidades e qualidades aliciantes da «procura»; simultaneamente, a *capacidade*, em meios e extensão apropriados, para *comerciar* com êxito a sua «oferta».

São estes, dois factores essenciais que outorgam característica definidora da «dimensão» da empresa: capacidade de produção e aptidão técnica, adequadas às mais progressivas tecnologias produtivas; dinâmica

comercial, intensa e extensa, promotora eficaz da expansão e da distribuição evolutiva dos seus produtos ou serviços.

A utilidade social dos empreendimentos foca-se, em termos evidentes, pela avaliação dos «valores acrescentados», decorrentes da acção empreendida.

Com efeito, no âmbito nacional, o *produto interno* mede-se pelo somatório dos «valores acrescentados» por todas as *células* que intervêm no processo económico (empresa por empresa).

Ele constitui, indubitavelmente, índice qualificador do desenvolvimento dos agregados sociais; acrescentaremos, todavia: corresponde à mais segura, à mais nobre, à mais eficiente de todas as parcelas constitutivas do *rendimento nacional*.

Podem decompor-se os «valores acrescentados», em dois grandes grupos de parcelas, distintos e bem caracterizados: os valores que se pagam às pessoas que se ocupam ou dependem da empresa; os que decorrem dos encargos de capitais envolvidos na acção empresarial.

A relação de ambos esses dois grupos de encargos e o número de pessoas activas ou dependentes, mede — por definição que se adopta — a «produtividade» do empreendimento.

Estas considerações servem para focar outra variável que caracteriza também a «dimensão» da empresa: incidência progressiva do montante dos valores acrescentados pela respectiva actividade, medida por padrões sectoriais de confronto; viabilidade e expansão competitiva do empreendimento perante acréscimos sucessivos da respectiva «produtividade».

*

As políticas de desenvolvimento, referidas aos espaços nacionais, orientam-se, pois, pelo fomento dimensional das empresas activas.

A conjuntura exige, presentemente, a maior disciplina na aplicação dos grandes princípios que devem orientar a política nacional do desenvolvimento. A problemática que respeita a força expansionista da dimensão empresarial, por efeito de dinamização dos respectivos «valores acrescentados», é condicionada fundamentalmente por dois aspectos primordiais: 1) a *viabilidade* dos empreendimentos (medida por padrões sectoriais) em face do condicionalismo circunstancial do mercado da «procura»; 2) a segurança da *competitividade* da «oferta», sem prejuízo dos preços conjunturais dos bens produzidos ou dos serviços prestados.

As exigências desmedidas no quadro da remuneração do capital e, paralelamente, o alargamento indisciplinado das melhorias da retribuição imediata ou diferida do trabalho humano, têm de ser efectivadas sem motivar significativo desvio daquelas condições basilares.

Com efeito, a realidade de crescimento do nível de vida nacional e a conquista de bem-estar social só têm efectividade e valimento positivo, se forem conseguidas (a nível sectorial), mantendo-se ou ampliando-se a produtividade das empresas (tal como definimos), seja por efeito do aumento da produção ou da expansão do serviço prestado e, ou, seja por resultar de diferente arrumo das várias parcelas constitutivas dos «valores acrescentados», se for ajustado a mais correcta e equilibrada distribuição dos rendimentos do trabalho e do capital.

O desenvolvimento nacional exige que a evolução circunstancial dos lucros do capital e das retribuições do trabalho não possam ser lesivas da *competitividade* e da *viabilidade* dos empreendimentos ■

F. A.